

1 **ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE MS/CEC-**  
2 **MS, E 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE**  
3 **INTERESSE SOCIAL DE MS/CONGFEHIS-MS, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2018,**  
4 **NO PLENARINHO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.**

5 Aos vinte e três dias do mês de agosto de 2018, reuniram-se no Plenarinho da Assembleia  
6 Legislativa, em Campo Grande/MS, os Membros do Conselho Estadual das Cidades de Mato  
7 Grosso do Sul - **CEC/MS e do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social –**  
8 **CONGFEHIS/MS – Maria do Carmo Avesani Lopez (CEC e CONGFEHIS) –** Secretária Executiva  
9 do Conselho Estadual das Cidades – CEC/MS; **Inês Pereira Esteves –** Departamento Estadual de  
10 Trânsito/DETRAN-MS; **Mauricio Pavão Flores –** Secretaria de Estado de Segurança; **Antônio**  
11 **Claudio Lanza de Oliveira –** Empresa de Saneamento do Estado de MS – SANESUL; **Ricardo**  
12 **Oliveira de Souza –** Caixa Econômica Federal/CEF-MS; **Aroldo A. Figueiró –** Conselho Regional  
13 de Engenharia e Agronomia/CREA-MS; **Vera Cristina Galvão Bacchi –** Prefeitura Municipal de  
14 Campo Grande; **Anízio de Souza dos Santos –** Prefeitura Municipal de Dourados; **Edson Ageo**  
15 **Maidana Nunes (CEC e CONGFEHIS) -** Federação das Associações de Moradores do Estado do  
16 Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Auro da Silva -** Federação das Associações de Moradores do  
17 Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra (CEC e CONGFEHIS) -**  
18 Sociedade de Apoio a Luta Pela Moradia/SAM-MNLM; **Claudio Hideaki Kitaguti (CEC e**  
19 **CONGFEHIS) –** Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis  
20 e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado de MS/SECOVI-MS; **Orlando**  
21 **Moreira Júnior –** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS; **Silvia Bontempo –** Ordem  
22 dos Advogados do Brasil Seção Mato Grosso do Sul/OAM-MS; **Danilo Kayatt Lacoski –** Secretaria  
23 de Estado de Fazenda/SEFAZ; **Gisela Luzia Fernandes –** Secretaria de Estado de Infraestrutura;  
24 **Kely de Paula de Oliveira –** Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção em MS; **Jean**  
25 **Saliba –** Sindicato dos Engenheiros de MS/SENGE/MS; **Tânia Maria de Souza Marques e César**  
26 **Magalhães da** Secretaria Executiva do CEC. Como convidados tivemos a Senhora **Regina Maria**  
27 **Duarte - Presidente do CETRAN-MS;** Tenente Coronel Franco Alan (Comandante do Batalhão de  
28 Trânsito); Senhor Wagner Ferreira da Silva (Presidente da Polícia Militar Rodoviária) e a Senhora  
29 Maria Suely Nogueira (**Representante da SESAU**). A **113ª Reunião** Ordinária do Conselho  
30 Estadual das Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata 112ª**  
31 **Reunião do CEC; Apresentação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no**  
32 **Trânsito (PNATRANS) – Sra. Regina Maria Duarte - Presidente do CETRAN-MS (Conselho**  
33 **Estadual de Transito de MS); Definição de pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **51ª**  
34 **Reunião** Ordinária do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social/CONGFEHIS  
35 teve como pauta: **Aprovação da Ata 50ª Reunião Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária;**  
36 **Apresentação da Arrecadação FEHIS/MORAR LEGAL e TAXAS de Despesas Operacionais**  
37 **dos meses de junho e julho/2018; Revisão dos Valores de Investimento no Programa Lotes**  
38 **Urbanizado; Definição de pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Tânia**  
39 **Marques** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião informando que a Senhora Maria do  
40 Carmo solicitou que fizesse a abertura para que não houvesse atraso na realização das reuniões,  
41 uma vez que ainda estaria em atendimento na sede da AGEHAB-MS e se atrasaria por 10 minutos.  
42 Em seguida passou para os **Informes:** Perguntou se alguém tinha algum informe. A **Conselheira**  
43 **Inês Esteves** fez um destaque que no mês de setembro temos a Semana Nacional do Trânsito e o  
44 DETRAN com seus diversos parceiros estão com uma série de atividades para a conscientização  
45 de um trânsito seguro, e a agenda será encaminhada aos Conselheiros via e-mail. A **Conselheira**  
46 **Vera Bacchi** convidou os Conselheiros para participarem de palestra referente Gel-desaines e  
47 modelagem paramétrica na cocriação do território que se realizará as 19:30 horas do dia 24/08, no  
48 Auditório do bloco M da UCDB. A palestrante será a Arquiteta, Urbanista e doutora em Geografia  
49 Ana Clara Mourão Moura. É uma palestra sobre planejamento territorial, com análises de  
50 multicritérios. Foi através dos livros dessa palestrante que a PLANURB se baseou para propor a

51 revisão do Plano Diretor de Campo Grande. Ofereceu aos Conselheiros, duas vagas da Oficina  
52 **“Geo designer como suporte a cocriação e compartilhamento de decisões sobre o território”**.  
53 Elucidou que era uma oficina técnica que será realizada das 09 às 12 horas e das 13 às 16 horas,  
54 e a pessoa necessita ter conhecimento de computação, e que será realizada no laboratório de  
55 informática II no bloco A. Em continuidade a **Senhora Tânia Marques** transfere a condução da  
56 mesa para a **Senhora Maria do Carmo** que cumprimenta a todos e passa para a próxima pauta,  
57 **Aprovação da Ata 112ª Reunião do CEC e 50ª Reunião Ordinária e Reunião Extraordinária**  
58 **(realizada no dia 26/07/18) do CONGFEHIS:** Foi explicado que a Ata da 112ª Reunião do CEC  
59 não foi concluída devido à demora em receber a gravação, uma vez que a Assembleia Legislativa  
60 estava em recesso, ficando para aprovação na reunião de setembro. A Ata da 50ª Reunião Ordinária  
61 e da Reunião Extraordinária do CONGFEHIS foram aprovadas sem ressalvas. Prosseguindo  
62 convidou a **Sra. Regina Maria Duarte - Presidente do CETRAN-MS (Conselho Estadual de**  
63 **Transito de MS) para fazer a Apresentação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões**  
64 **no Trânsito (PNATRANS). A Sra. Regina** cumprimentou a todos, agradeceu o convite ao CETRAN  
65 para explanar sobre o resultado da Audiência Pública realizada em nosso Estado no dia 05/07/2018,  
66 no Auditório da ASSOMASUL, em atendimento a **Lei Federal 13.614** de 11/01/2018. Informou que  
67 as pessoas da equipe que a acompanha, foram os painelistas da Audiência Pública. Iniciou  
68 esclarecendo que nosso estado ainda estava trabalhando no Plano da Década de Ação para  
69 Segurança Viária – 2011/2020. Explicou que o **Plano Nacional de Redução de Acidentes e**  
70 **Segurança Viária** para a Década 2011- 2020, cujo texto foi produzido com a contribuição das  
71 organizações governamentais e não governamentais reunidas pelo Comitê Nacional de Mobilização  
72 pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, coordenada pelo Departamento Nacional de Trânsito –  
73 DENATRAN, foi o ponto de partida para a construção de um documento. Elaborado a partir do  
74 **chamamento da ONU**, que, na Assembleia Geral, em março de 2010, com base em estudos da  
75 Organização Mundial de Saúde, estabeleceu a década 2011-2020 como a **Década de Ação para**  
76 **Segurança Viária**, convocando todos os países signatários, e o Brasil foi um deles, para esse  
77 esforço mundial. Que o Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária sugere  
78 propostas de ação efetivas que possam, de fato, reverter o quadro atual de acidentalidade no país.  
79 Lembrou que é fundamental, ainda, que exista a vontade política dos Poderes Executivo, Legislativo  
80 e Judiciário, e que conte com o apoio explícito da Presidência da República, dos Governadores,  
81 Prefeitos, do Presidente do Congresso Nacional e dos presidentes de partidos políticos, do  
82 Conselho Nacional de Promotores e do Conselho Nacional de Justiça. Vale lembrar que nos países  
83 que reverteram a curva de acidentalidade, os programas de segurança viária foram assumidos pelo  
84 poder central, *não apenas com gestos importantes no campo da comunicação*, mas com efetivo  
85 direcionamento de recursos. Que da Lei Federal Cria o **Plano Nacional de Redução de Mortes e**  
86 **Lesões no Trânsito (PNATRANS)** e acrescenta dispositivo à **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de**  
87 **1997 (Código de Trânsito Brasileiro)**, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de  
88 mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos,  
89 em seu **Art. 2º diz: Fica criado o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito**  
90 **(PNATRANS) a ser elaborado em conjunto pelos órgãos de saúde, de trânsito, de transporte**  
91 **e de justiça**. Que para a construção do processo do PNATRANS conforme estabelece a Lei  
92 Federal, faltou orientações e diretrizes específicas pelo Denatran, e o curto espaço de elaboração  
93 da Audiência Pública dificultou o entendimento das atividades necessárias a construção. O  
94 **CETRAN/MS** criou através de Deliberação um Grupo de Trabalho para desenvolvimento dos  
95 processos do **PNATRANS**, com reuniões semanais no total de 04 reuniões no Auditório do 17º  
96 Batalhão da polícia militar de Transito em Campo Grande/MS, que contou com a efetiva  
97 participação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública através do Departamento  
98 Estadual de Transito - DETRAN/MS, Polícia Militar (Batalhão da Polícia Militar de Transito da  
99 Capital, do Batalhão da Polícia Militar Rodoviária), da Assessoria Militar do DETRAN/MS, da  
100 Secretaria de Estado de Saúde, da Prefeitura Municipal de Campo Grande através da Agência

101 Municipal de Transito e Transporte - AGETRAN/CG, do Serviço Social do Transporte – SEST,  
102 Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, da Secretaria de Estado de Meio  
103 Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Família – SEMAGRO e da  
104 Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul - ASSOMASUL. Expôs que nosso estado é o  
105 segundo do Brasil em atendimento à Legislação, só perdemos para o Rio Grande do Sul, onde o  
106 Ministério Público tomou a frente do assunto. Que dos 79 municípios do Estado 57 estão integrados  
107 ao S.N.T, 12 municípios fronteiriços. Que em nosso Estado tem sido efetuado um trabalhado muito  
108 consistente na fiscalização do trânsito nas rodovias estaduais, mas que sentem a ausência da  
109 AGESUL, como Órgão executivo rodoviário de trânsito. Que o órgão está meio alheio a questão de  
110 gestão e educação e isso foi questionado no PNATRANS. **Que as principais causas de acidentes**  
111 **de trânsito são:** Excesso de velocidade, ingestão de bebidas alcoólicas, uso de celular, uso  
112 inadequado dos equipamentos de segurança como cinto de segurança ou capacete, ultrapassagens  
113 indevidas, má visibilidade (chuva, neblina, cerração), outras imprudências dos condutores. Expôs  
114 sobre as **Propostas e metas de desempenho para a segurança no trânsito - 2018/2028:**  
115 Sensibilizar os administradores municipais sobre a importância ao atendimento às Leis e a  
116 obrigatoriedade de preservar vidas quanto a segurança no trânsito; Buscar investimentos na área  
117 federal para os municípios através de projetos na Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade  
118 Urbana; Instituir por meio de Decreto ou Portaria um Comitê Inter setorial Estadual para apoio  
119 Técnico, monitoramento e avaliação do PNATRANS no MS; Garantir uma agenda prioritária entre  
120 parceiros estaduais por meio de um cronograma de reuniões e de ações do Comitê Estadual para  
121 monitoramento e avaliação das ações do PNATRANS no MS junto aos municípios; Implantação e  
122 implementação de medidas de decisão, intervenção para redução de acidentes, através de análise,  
123 diagnóstico e estudo detalhado dos locais dos acidentes de trânsito, visando a elaboração de  
124 projetos; Priorizar estudo para adequação de vias e rodovias estaduais mais seguras, atendendo a  
125 legislação atual e investimentos em engenharia e infraestrutura com padrões técnicos que  
126 consideram prioritariamente a segurança no trânsito; Melhorar as condições das vias e a  
127 fiscalização nos municípios para minimizar as imprudências no transito, a acessibilidade, os  
128 equipamentos e a sinalização para os pedestres e condutores; Realizar investimento público de  
129 forma adequada e para prevenção dos acidentes, reduzindo lesões e mortes de motociclistas;  
130 Reduzir prioritariamente as lesões e mortes no trânsito relacionados a condutores que consomem  
131 álcool e/ou reduzir os casos as outras substâncias psicoativas; Implantar projetos permanentes de  
132 sensibilização que façam os condutores obedecerem as leis que restringe ou proíbe o uso de celular  
133 ao dirigir; Sensibilizar através de campanhas educativas contínuas sobre o uso correto do capacete,  
134 do cinto de segurança e equipamentos obrigatórios; Implantar e Fomentar a Educação de Trânsito  
135 de forma continua em toda a rede de ensino( particular, estadual e municipal) de forma obrigatória  
136 e permanente; Implantar e Fomentar em atendimento a Lei nº 9.503/97 a Escola Pública de Transito  
137 pelos órgãos executivos de trânsito; Capacitar todos os técnicos da área de trânsito, com  
138 exigência para nível de escolaridade; Criar Programa Nacional de Gestão Integrada de Informações  
139 no âmbito federal, estadual e municipal; Fortalecimento da integração de órgãos e entidades na  
140 área de trânsito, transporte e mobilidade; Esforços para reduzir vitimização de usuários mais  
141 vulneráveis; Utilizar os recursos de infrações de transito, do FUNSET previstos em Lei para  
142 fomentar ações de engenharia, fiscalização e educação para o trânsito; Acompanhar e fomentar  
143 projetos e programas elaborados pelos municípios voltados para a gestão, fiscalização, educação  
144 e engenharia, pelo Órgão Executivo de Trânsito do Estado. Expôs que o **Relatório analítico**  
145 **referente ao cumprimento das metas fixadas, se pretende cumprir da seguinte forma:** Metas  
146 a serem atingidas em um ano: agosto 2019 = 5%. Metas a serem atingidas em cinco anos: agosto  
147 2023 = 25%. Metas a serem atingidas em dez anos: agosto 2028 = 50%. Que na Audiência Pública  
148 ficou determinado que o Grupo de Trabalho (que deverá ser transformado em Comitê) de  
149 Acompanhamento deverá trabalhar nos próximos dez anos através dos Pilares de Atuação: 01)  
150 Gestão; 02) Educação; 03) Saúde; 04) Esforço Legal; 05) Segurança veicular e Viária. Desta forma

151 ao final de dez anos após entrada em vigor do PNATRANS, tanto o índice nacional de mortos por  
152 grupos de veículos e o índice nacional de mortos por grupo de habitantes deverá ser reduzido pela  
153 metade. Em seguida a Senhora Regina passou a palavra para o **Tenente Coronel Franco Alan**  
154 (Comandante do Batalhão de Trânsito) que cumprimentou a todos e explicou que foi criado o  
155 Gabinete de Gestão Integrada de Trânsito que cuida do perímetro Urbano de Campo Grande e do  
156 Trânsito dos Municípios, que são dois cenários diferentes em relação a dados. Que existe um  
157 Programa de Vida no Trânsito, que trabalha com relação a década de 2010 a 2020, com redução  
158 de 50% de mortes no trânsito, coordenado pelo Ministério da Saúde. Que na Capital tivemos  
159 aumento de população, de frota de veículos e frota de motocicletas. Que em 2014 tínhamos 843.120  
160 mil habitantes, 363 mil veículos/quatro rodas e 146.794 mil veículos/duas rodas e em 2017 tínhamos  
161 874.210 mil habitantes, 406.813 mil veículos/4 rodas e 161.604 veículos/2 rodas. Que são em média  
162 2 veículos e meio por família composta por 3 pessoas, uma das maiores frotas do país. Com  
163 aumento de população e frota, a tendência é aumentar o índice de acidentes/mortes, porém em  
164 2014 tivemos 112 pessoas que foram a óbito e em 2017 comente 70. Explicou que as **características**  
165 **da cidade em relação à segurança viária foi o crescimento da frota de motos, elevando o número**  
166 **de vítimas graves entre motociclistas; Que a cidade é plana, com vias largas, sem**  
167 **congestionamentos, então os condutores excedem a velocidade. Que são realizadas algumas**  
168 **ações para diminuir a violência no trânsito, tais como: Carnaval; Volta às Aulas; Palestras nas**  
169 **escolas; Dia da Mulher; Maio Amarelo; Voltas às Aulas II; Semana Nacional do Trânsito. Que para**  
170 **reduzir a violencia é necessário intensificar a repressão, exemplificando sobre dirigir embriagado:**  
171 **2015 – 408 notificações e 253 prisões; 2016 - 380 notificações e 235 prisões; 2017 – 571**  
172 **notificações e 291 prisões e 2018 até o momento 634 notificações e 225 prisões. Quanto as**  
173 **notificações por excesso de velocidade, em 2014 tivemos 163.942 e em 2017 tivemos 10.339.**  
174 **Porém a redução foi em função do termino de contrato com a empresa que administra os radares.**  
175 **Que a Policia está intensificando a fiscalização e por dia retiram de circulação 30 não habilitados**  
176 **que estão dirigindo na Capital. Quanto ao interior do Estado, hoje todos tem o mesmo padrão de**  
177 **tecnologia, informação e equipamento. Que a violência no trânsito urbano e vitmas fatais também**  
178 **tem diminuído, que em 2013 tivemos 138 mortes e em 2017 tivemos 76 (numero selelhante a**  
179 **capital, lembrando que a Capital foi 70). Concluindo, o **Senhor Franco Alan apresentou** as**  
180 **Propostas aprovadas na Audiência pública: 1) **complementação da fiscalização eletrônica; 2)****  
181 **intensificar blitz: não habilitados, veículos irregulares, embriaguez; 3) educação para o**  
182 **trânsito; 4) melhoria no sistema viário; 5) melhoria no transporte coletivo; 6) acesso à CNH**  
183 **com um custo menor.** Em seguida passou a palavra para o **Wagner Ferreira da Silva** (Presidente  
184 da Policia Militar Rodoviária) que cumprimentou a todos e iniciou sua explanação demonstrando o  
185 cenário do nosso trânsito rodoviário. Que estamos num complexo de quase 15 mil quilômetros, com  
186 pouco mais de 30% pavimentado, 40% não pavimentada e ainda temos rodovias em fase de  
187 implantação. Que o Batalhão de Policia Militar Rodoviário é a unidade da Polícia Militar responsável  
188 pelo **Policiamento Ostensivo Rodoviário e Fiscalização de Trânsito nas vias rurais** sob  
189 circunscrição da AGESUL (vias estaduais). Na prática são quase **15 mil km** de malha viária e  
190 estamos distribuídos em 11 bases operacionais, temos um grande volume de bases na região de  
191 fronteira sul, que é um complicador para o trânsito, e temos um vazio de policiamento na região  
192 norte. Que as estatísticas de acidentes em rodovias, temos um cenário linear, pois em 2016 tivemos  
193 19% de morte e 81% de vitmas lesionadas e em 2017 tivemos 18% de mortes e 82% de vitmas  
194 lesionadas. Que a fiscalização foi ampliada em 30% no inicio de 2018 e já tivemos como resultado  
195 a redução de 23% de acidentes. Quanto as vitmas fatais tivemos uma pequena queda de 2016/2017  
196 , porém nos meses de julho e dezembro existe um acentuado aumento no acidentes e numeros de  
197 vitmas fatais, pois aumenta o fluxo de veiculos nas rodovias. Que o diagnóstico quanto aos  
198 acidentes com vitmas fatais tem como características: Violentos/velocidade e multiplas vitmas; Que  
199 os periodos são: Feriados prolongados, férias escolares, festas de final de ano (acidentes em pleno  
200 dia). Quanto as causas são: Excesso de velocidade, falta de uso do cinto de segurança, consumo

201 de álcool, ultrapassagem em locais proibidos. Que as ações do batalhão de Polícia Militar  
202 Rodoviária são bastante preventivas com atividades diversas, tais como: Estudos e planejamentos  
203 voltados à eficiência da fiscalização preventiva; Monitoramento das condições da malha viária;  
204 Operações temáticas (ex: em feriados, locais determinados, por tipo de infração a coibir/inibir).  
205 Quanto as autuações, em 2016 foram emitidas 30.532 autuações, em 2017 foram emitidas 39.212  
206 e no primeiro semestre de 2018 registramos aumento de 30%. Expôs ainda sobre os 2 projetos  
207 desenvolvidos CEMATRAM (60 crianças/Campo Grande) e Patrulha Mirim Rodoviária (60 crianças  
208 em Três Lagoas). São projetos voltados para reforço escolar, cidadania e educação para o trânsito.  
209 Quanto as Propostas para o PNATRANS eluiu que: **1) INVESTIMENTOS:** Readequação dos  
210 convênios de trânsito e descontigenciamento do funse. **2) ENGENHARIA:** implantação de rodovias  
211 inteligentes que permitam acompanhar o fluxo viário e o controle de velocidade. **3)**  
212 **EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO:** modernização/aquisição para fiscalização. **4) RECURSOS**  
213 **HUMANOS:** ampliação, capacitação, e especialização. **5) AMPLIAR O TRABALHO DE**  
214 **EDUCAÇÃO COM FOCO NA CRIANÇA E ADOLESCENTE.** Em seguida passou a palavra para a  
215 **Senhora Maria Suely Nogueira** (Representante da SESAU) que agradece o convite por estar  
216 expondo sua experiência quanto ao assunto “**Vida no Trânsito**” e que as propostas para melhorar  
217 o trânsito mostra que estamos no caminho certo em termos de ação para a redução das mortes e  
218 lesões no trânsito. Que a SESAU a pedido da ONU trabalha com o Programa “Vida no Trânsito”  
219 implantado no Brasil em 2010. Que a partir de 2011 iniciou-se a base de dados da saúde e do  
220 trânsito e hoje temos um diagnóstico extremamente fiel de todos os acidente (onde, quando, porque,  
221 horário, fator de risco, causas principais, etc). Esclareceu que aproximadamente 62% das vítimas  
222 fatais notificadas por ATT são procedentes de dez países, que, em ordem de magnitude, são: Índia,  
223 China, Estados Unidos, Rússia, Brasil, Irã, México, Indonésia, África do Sul e Egito, os quais são  
224 responsáveis por 56% da população mundial. Que quase metade (46%) das pessoas que morrem  
225 em acidentes de trânsito são pedestres, ciclistas ou motociclistas. Que 44% dos países não têm  
226 políticas que encorajem a utilização dos transportes públicos como alternativa ao transporte  
227 automóvel. Que existe uma Comissão **Composta por um representante, titular e suplente, do:**  
228 Ministério da Saúde, (Coordenador); Casa Civil da Presidência da República; Gabinete de  
229 Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério das Cidades; Ministério da Justiça;  
230 Ministério dos Transportes; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e  
231 Secretaria-Geral da Presidência da República. Esse programa vem para subsidiar os gestores para  
232 atuarem a partir de evidências, e não se tome posições fragmentadas e sem diagnóstico. Que o  
233 Programa Estadual e Municipal visa subsidiar gestores nacionais/locais no fortalecimento de  
234 políticas de prevenção de lesões e mortes no trânsito por meio da qualificação, planejamento,  
235 monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações. Todo Brasil segue uma metodologia que  
236 são a formação de Comissões: Formação de parcerias; Coleta, Gestão e Análise de Dados, Ações  
237 Integradas de Segurança Viária (PPP-Processo de Proatividade de Parceria), Renovação e  
238 Expansão, Revisão Anual e Geral, Monitoração de Desempenho, Avaliação e Reconhecimento.  
239 Demonstrou os indicadores do Programa de 2011 a 2017 constando Número absoluto de óbitos,  
240 por ATT, ocorridos no município – monitoramento do PVT, Taxa de mortalidade de ATT, por  
241 100.000/h. (residentes), Razão de mortalidade por 10.000 veículos (residentes), Razão de  
242 mortalidade por 100.000/H – óbitos linkados pelo PVT, Razão de mortalidade por 10.000/veículos  
243 – óbitos linkados pelo PVT que elucidam a queda significativa dos acidentes e mortes no trânsito em  
244 área urbana. Que estamos conseguindo mudar comportamentos, promover cultura de segurança  
245 viária. Também explicou que as fases de elaboração dos programas Integrados em 2018 são:  
246 Fatores Principais/Locais de risco; Grupos locais de vítimas; Fatores relevantes/Locais de risco;  
247 Programa de Segurança Viária. Informou que no país ainda há grande número de mortalidade, não  
248 nas capitais, mas nas cidades do interior. Concluiu esclarecendo que os objetivos desse trabalho  
249 é: Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades; Até 2020,  
250 reduzir pela metade as mortes e as lesões no mundo por ATT; Tornar as cidades e os

251 assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Até 2030, proporcionar  
252 o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível  
253 para todos, melhorando a segurança viária por meio da expansão dos transportes públicos,  
254 com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade,  
255 mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. A **Senhora Maria do Carmo** parabenizou  
256 as explicações da equipe e a Conselheira Inês por ter sugerido essa pauta, e ressaltou a  
257 importância deste Conselho em levar essas informações aos demais municípios do Estado, para  
258 que possam se integrar ao programa. Diz que o resultado do trabalho é gratificante, pois estamos  
259 salvando vidas. A **Conselheira Inês** indagou sobre a falta da AGESUL na Audiência Pública, se a  
260 Senhora Regina é conhecedora do **Decreto 4.457 de 2013** (Autoriza o DETRAN a planejar,  
261 controlar e executar obras e serviços de engenharia, sinalização e toda competência que é da  
262 AGESUL) e ainda qual a posição do CETRAN mediante a questão das funções e do que é  
263 prioridade. A **Senhora Regina** responde que esse questionamento é feito com frequência quanto  
264 ao Artigo 14 do Código de Trânsito Brasileiro, que é uma Lei Federal. Que nosso estado teve avanço  
265 muito grande na integração dos municípios. Informou que Minas Gerais tem 800 municípios e  
266 somente 26 são integrados, o que é um absurdo. Nosso Estado tem o privilégio de ter conseguido  
267 57 municípios integrados, dos quais 55 são efetivamente integrados e tem uma autoridade municipal  
268 de trânsito atuante, a Coordenadoria de trânsito tem um representante em 48 municípios, os 57 tem  
269 a Junta Administrativa de Recursos de Infração que faz a questão recursal em primeira instância e  
270 a fiscalização através dos convênios com o Governo do Estado, com a SEJUSP, DETRAN e Polícia  
271 Militar para realizar sua fiscalização. Essa condição de estar atuante, temos a tranquilidade de que  
272 o CETRAN tem conseguido realizar um acompanhamento mensal. Apesar de ter um quadro reduzido  
273 (uma presidente, uma Secretária Executiva e 12 Conselheiros), o CETRAN tem procurado atender  
274 satisfatoriamente, acontecem falhas, mas temos sido bem valorizados pelo Governo do Estado,  
275 pela Secretaria de Segurança Pública. Responde ainda que o grande problema é a mudança  
276 política. Que há reuniões com todos os Gestores e Coordenadores de 2 a 3 vezes por ano, onde  
277 trazemos especialistas de fora, trazemos as pratas da casa na área de fiscalização, os policiais  
278 militares ajudam intensamente nessa capacitação, e quando está tudo pronto, quando o técnico  
279 está preparado, muda o governo municipal e muda todos os técnicos. A política de trânsito e  
280 mobilidade urbana, é a política do século 21. Educação e saúde já tem cotas certas e não  
281 necessitam de discussões. O que precisamos discutir hoje, é a melhor qualidade de vida do cidadão  
282 que está circulando em todas as cidades. Quanto ao Órgão Executivo de Trânsito Rodoviário  
283 (AGESUL), posso dizer que a fiscalização das rodovias funciona, a Junta Administrativa do Órgão,  
284 também funciona. O que falta é gestão e educação. Assim como o DETRAN é órgão executivo  
285 estadual de trânsito urbano e todo mundo conhece, a AGESUL que é órgão executivo estadual de  
286 trânsito rodoviário também deveria ser conhecido e deveria estar agindo na mesma proporção que  
287 o DETRAN, o que não acontece. Que a questão referente a AGESUL, não é reclamação, é o não  
288 atendimento a Lei Federal na área de gestão e educação, e atende somente a fiscalização.  
289 **Conselheira Edymar** manifestou-se encantada com o cruzamento de dados, diagnóstico,  
290 levantamento e monitoramento. Perguntou se os recursos do FUNDERSUL, juntamente com o  
291 DERSUL, contribuem para a fiscalização do trânsito nas rodovias estaduais? A municipalização do  
292 trânsito é uma política do CONTRAN? A **Senhora Regina** responde que o CONTRAN e DENATRAN  
293 está dentro do Ministério das Cidades. Quanto a questão de recursos, em 2002, os municípios  
294 encaminhavam para o DENATRAN, projetos bem elaborados, porque tínhamos diretrizes, e nós  
295 retornávamos recursos financeiros para os municípios. Mas isso acabou, o recurso está  
296 contingenciado na União desde 2003 até hoje. Temos debatido bastante nos Fóruns nacionais e  
297 nos Conselhos, que retorne pelo menos uma parte. O trânsito não tem nenhum percentual,  
298 trabalhamos com os recursos que vem de infrações de trânsito que vem para o município e para o  
299 estado. O **Senhor Franco Alan** responde que um dos recursos para o trânsito vem das multas, que  
300 o código de trânsito proíbe que as multas sejam empenhadas em outras áreas que não seja o

301 trânsito. Quando se lavra uma multa, o recurso é carimbado. O trânsito que não é municipalizado  
302 não tem como se lavrar fiscalização, o município não arrecada nada. Já nos municípios em que o  
303 trânsito é municipalizado, os recursos se dividem para o DETRAN, a polícia militar e o município.  
304 No batalhão de trânsito temos em caixa 3 milhões de reais oriundos de notificações, onde a PM só  
305 empregar esse recurso em educação, fiscalização e equipamentos de trânsito. A **Conselheira**  
306 **Gisela** responde para a Conselheira Edymar que o FUNSERSUL foi criado somente para  
307 manutenção e conservação de rodovias estaduais. A lei já sofreu várias alterações e podemos  
308 pavimentar e implantar rodovias, pavimentação e drenagem urbana, projetos, manutenção e  
309 conservação de pontes, manutenção de equipamentos, mas nenhum recurso é direcionado para a  
310 fiscalização. **Conselheiro Aroldo** questionou a composição do CETRAN, fez uma análise sobre os  
311 recursos para a mobilidade e exemplificou que saúde e educação se mobilizaram e tem seus  
312 recursos, habitação foi modelo nacional, se viabilizou e também tem o seu recurso. Por que não  
313 viabilizar o Fundo Estadual de Transporte, Trânsito e Mobilidade? Questionou ainda sobre a  
314 velocidade nas vias de acesso a cidade. Que não cabe andar a 50 km e sim a 70. A **Senhora**  
315 **Regina** responde que a composição do CETRAN tem representação dos Órgãos Públicos, uma  
316 grande representação da sociedade, representantes dos municípios, de Organização não  
317 Governamental, da ABRAMED (médicos), do Sindicato de trabalhadores rodoviários. Que o  
318 CETRAN é democrático e com todas as representações. Quanto aos fundos, o Forum Nacional de  
319 Conselhos de Trânsito (FOCOTRAN), do qual é representante do Centro Oeste, que tem 18 meses  
320 de criação, com suas discussões, foi deliberado a Resolução 688 de 2017, onde dá nova forma a  
321 estrutura do CETRAN e está funcionando, pois já recebeu do DETRAN (que é o Órgão que mantém  
322 o financiamento do CETRAN – Portaria 337), a proposta orçamentaria para 2019. Informou que o  
323 CETRAN de MS é diferenciado dos CETRANS de muitos estados, pois temos Conselheiros com  
324 especialização, estamos mudando para um prédio de excelente qualidade, temos veículo próprio,  
325 temos condições de viajar todo o estado com recursos do BPTRAN (Batalhão de Polícia Militar de  
326 Trânsito). Quanto ao Fundo para Trânsito, Transporte e Mobilidade, é uma luta nacional para que  
327 tenha uma legislação para que cada estado direcione um percentual para que os CETRANS tenham  
328 sua independência. O CETRAN-MS não sente muito essa necessidade, pois não existe nenhum  
329 município de MS que não tenha sido atendido. Que há necessidade de se institucionalizar para que  
330 tenha continuidade e que as pessoas sejam especializadas na área. A **Senhora Maria do Carmo**  
331 demonstrou preocupação com o avanço da hora e deixo a relevância do assunto, propôs que o  
332 assunto voltasse em pauta na próxima reunião, o que foi aceito por todos os Conselheiros. O  
333 **Conselheiro Maidana** sugeriu que fosse convidado o Diretor Presidente da AGETRAN, Senhor  
334 Janine. Prosseguindo, a **Senhora Maria do Carmo** apresenta a **Revisão dos Valores de**  
335 **Investimento no Programa Lotes Urbanizado**. Informa que já havíamos autorizado recursos para  
336 serem investidos na aquisição dos kits para o programa Lote Urbanizado, porém conforme foram  
337 sendo realizadas as aquisições, algumas cidades apresentaram alterações: alguns municípios para  
338 mais e outros para menos, **conforme quadro explicativo anexo a esta ata**. Que como tudo que  
339 realizamos, solicitamos autorização do Conselho, estamos apresentando a real aplicação dos  
340 recursos do FEHIS nos municípios. Houveram municípios em que foram necessários maior  
341 aplicação dos recursos e houve alteração nos preços, apesar que os valores apresentados  
342 anteriormente eram estimados. Hoje, estamos demonstrando o quadro real do que aplicamos até o  
343 momento. Demonstrou que economizamos **R\$ 61.108,23**. Em seguida a **Senhora Maria do Carmo**  
344 fez a **Apresentação da Arrecadação FEHIS/MORAR LEGAL e TAXAS de Despesas**  
345 **Operacionais dos meses de junho e julho/2018**: Fez a ressalva de que no mês de julho/2018,  
346 arrecadamos **R\$ 563.500,04**, valor esse nunca arrecadado.

347  
348  
349  
350

FEHIS		MORAR LEGAL	TAXAS
MESES	VALOR	VALOR	VALOR
JUNHO/2018	R\$ 261.732,70	R\$ 226.707,14	R\$ 20.167,82
JULHO/2018	R\$ 274.323,56	R\$ 269.085,72	R\$ 20.090,76
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 536.056,26</b>	<b>R\$ 495.792,86</b>	<b>R\$ 40.258,58</b>

351 A **Senhora Maria do Carmo** lembrou-se de um informe importante referente ao município de  
352 Anaurilândia. Que estava feliz porque a AGEHAB-MS conseguiu 144 matrículas para as famílias  
353 que residem no conjunto habitacional da CESP, que foi construído há mais de 30 anos atrás. Que  
354 foi custo zero para o setor público, e que será agendado data para a entrega. Dando  
355 prosseguimento a **Senhora Maria do Carmo** passou para a **Definição de pauta para próxima**  
356 **Reunião**. Ficou definido que para a Reunião do mês de setembro, daremos continuidade a  
357 **Apresentação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS)**  
358 **com a Sra. Regina Maria Duarte - Presidente do CETRAN-MS** e equipe, devendo os Conselheiros  
359 trazerem seus questionamentos, e ainda devemos convidar o Sr. Janine de Lima Bruno, Diretor  
360 Presidente da AGETRAN. Que a pauta definida anteriormente sobre a exposição de Energia Foto  
361 voltaica, ficará para o mês de outubro/2018. A **Conselheira Inês** sugeriu que ainda este ano,  
362 possamos falar sobre a violência Institucional, Social, Cultural e suas vertentes. Que a CNBB lançou  
363 este ano a campanha da fraternidade com o slogan **“Fraternidade e Superação das Violências”**.  
364 Informou que no dia 21 de outubro/2018, será realizada no Belmar Fidalgo, a **“Cidade da Paz”**,  
365 onde estarão presentes os segmentos governamentais, não governamentais, Movimentos Sociais  
366 expondo a culminância de seus trabalhos sobre o assunto. Para **CONGFEHIS**, não ficou definida  
367 nenhuma pauta. Nada mais a ser tratado, a **Senhora Maria do Carmo** encerrou a reunião às 17  
368 horas. Ata redigida por **Tânia Marques**.